



WLSA Moçambique

RELATÓRIO ANUAL

2016



**Lutando pela igualdade de género,
pela paz e pela democracia**



WLSA Moçambique

RELATÓRIO ANUAL 2016

**Contactos da WLSA
Moçambique:**

Rua Padre António Vieira, nº 68
Maputo
Moçambique

Telefone/Fax: +258-21-415811
Celular: +258-82-3058100
E-mail: adm@wlsa.org.mz
Boletim: comunicar@wlsa.org.mz
Coordenação: coord@wlsa.org.mz

Website: www.wlsa.org.mz

**Lutando pela igualdade
de género, pela paz e pela
democracia**

Índice

Acrónimos -----	6
Sumário Executivo -----	7
Sobre a WLSA -----	9
Introdução -----	11
Visão geral do plano da WLSA em 2016 -----	13
Resultados do ano de 2016 -----	17
Resultado 1: Aprofundamento do debate entre cultura e direitos humanos -----	19
Resultado 2: Defesa dos direitos humanos e desenvolvimento de uma cultura democrática -----	25
Resultado 3: Intervenção no processo legislativo, reforço do trabalho em rede e sensibilização sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos -----	31
Desenvolvimento organizacional e gestão da WLSA -----	35
Desafios e lições aprendidas -----	39
ANEXOS	
Anexo 1 – Quadro e tabelas das formações -----	42
Anexo 2 – Relatório do website, 2016 - www.wlsa.org.mz -----	45
Anexo 3 - Relatório do FaceBook -----	48
Anexo 4 – Participação em eventos -----	50
Anexo 5 - Lista do material produzido -----	51

Acrónimos

AAM – Action Aid Moçambique
 AMJ – Associação Moçambicana dos Juizes
 ANJUR – Associação Nacional de Juristas
 CECAP - Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros
 CFJJ – Centro de Formação Jurídica e Judiciária
 DSR – Direitos Sexuais e Reprodutivos
 FORCOM – Fórum das Rádios Comunitárias
 FB - Facebook
 GAFM - Gabinetes de Atendimento à Família e Menores é a nova designação dos anteriores Gabinetes de Atendimento de Mulheres e Crianças Vítimas de Violência (GAMC)
 GMD – Grupo Moçambicano da Dívida
 IPAJ – Instituto para o Patrocínio e Assistência Jurídica
 INE – Instituto Nacional de Estatística
 MASC – Fundação MASC (Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil)
 MEPT – Movimento Educação Para Todos
 MGCAS – Ministério do Género, Criança e Acção Social
 MEDH – Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
 MISAU – Ministério da Saúde
 MULEIDE – Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento
 RECAC – Rede de Jornalistas do Judiciário
 Rede DSR – Rede de Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos
 SAAF – Safe Abortion Action Fund
 SADC – Southern Africa Development Community
 SAFM - Secções de Atendimento à Família e Menores
 TA – Tribunal Administrativo
 VD – Violência Doméstica

LUTANDO PELA IGUALDADE DE GÉNERO, PELA PAZ E PELA DEMOCRACIA

Sumário Executivo 2016

O ano de 2016 foi o primeiro do Plano Estratégico 2016-2020 que mantém as linhas mestras do PE anterior, mas busca responder aos novos contextos, concretamente à violação de direitos em zonas de exploração de recursos naturais. Este foi também um período em que a situação político-militar e económica do país sofreu um agravamento que afectou grandemente a vida de todas as populações, com assassinatos políticos e ameaças à liberdade de expressão. Apesar destes desafios a WLSA conseguiu responder aos seus principais objectivos e resultados esperados, aprofundando o trabalho em redes e investindo muito esforço na busca da sustentabilidade da organização.

RESULTADOS

Aprofundamento do debate entre cultura e direitos humanos

Os resultados de trabalho da WLSA e das organizações da sociedade civil mostram que há alguns avanços no sentido de sensibilizar a opinião pública e agentes do governo e legisladores, da importância dos direitos humanos para o desenvolvimento de uma democracia. O desafio é de continuar a investir em vários espaços e para diferentes públicos. A presença nas redes sociais reveste-se de uma grande importância actualmente, sobretudo para alcançar a geração mais nova. Como activistas, precisamos de investir cada vez mais nas novas tecnologias de informação.

Defesa dos direitos humanos e desenvolvimento de uma cultura democrática

A situação do país é preocupante e é cada vez mais urgente que se tenha uma sociedade civil forte e actuante, capaz de exigir transparência e de monitorar o governo e a aplicação de leis e implementação de programas. Foram feitos avanços neste sentido, através do trabalho a partir de plataformas de ONGs, mas é necessário que se continue a trabalhar para desenvolver um espírito de cidadania actuante e crítica. A experiência este ano mostrou que as organizações podem resistir à intimidação e às ameaças, se conseguirem manter-se unidas e coesas.

Intervenção no processo legislativo, reforço do trabalho em rede e sensibilização sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos

O principal resultado na área da revisão legal foi o grande avanço na aceitação, por parte dos parlamentares, da necessidade de ter legislação nacional para combater os casamentos prematuros, na senda da Lei Modelo aprovada pela SADC.

O trabalho em rede revelou-se eficaz e contribuiu para fortalecer as organizações membro. Destaca-se a colaboração com a Rede DSR e a CECAP.

Ao nível dos direitos sexuais e reprodutivos continuou a formação para vários públicos alvo e através da Rede DSR prosseguiram os esforços para ter os serviços de aborto a funcionar de maneira abrangente e com qualidade.

Pesem os constrangimentos havidos na realização do nosso trabalho, dos quais destacamos as dificuldades em obter informação para a realização da pesquisa, a nossa organização tem sido capaz de superar os problemas, havendo a salientar o aumento de solicitações para intervenção pública sobre os direitos humanos. Avaliando o desempenho em 2016, pode-se afirmar que a WLSA cumpriu as suas metas e objectivos, apesar de algumas actividades terem ficado por cumprir, sobretudo por falta de fundos.

Sobre a WLSA Moçambique (Plano Estratégico 2016-2020)



Desde a sua criação em 1989 a WLSA Moçambique define-se como uma organização feminista que tem como missão a defesa e a luta pelos direitos humanos das mulheres através do conhecimento dos obstáculos que intervêm no acesso e exercício dos direitos humanos e na elaboração de estratégias e acções que contribuam para a mudança. Como organização feminista, a WLSA promove o estabelecimento de alianças e de plataformas comuns com outras organizações de mulheres e também com organizações da sociedade civil que pugnam pela construção de uma cidadania numa sociedade democrática regida por princípios de justiça social e de igualdade de direitos. Por esta razão a WLSA, e no que se refere à defesa dos direitos humanos, é reconhecida como interlocutora pela sociedade em geral, pelas organizações da sociedade civil, pelas instituições do Estado e outros sectores da sociedade. A contribuição na elaboração de uma nova legislação tem sido um dos campos onde se destaca o trabalho da organização. É de salientar, nos últimos anos, o debate em torno do novo Código Penal, nomeadamente a denúncia de dispositivos que constituíam um retrocesso à lei vigente, e as acções de lobby e advocacia.

Assim, é o feminismo que define a identidade e o objecto da WLSA assentes no reconhecimento da situação de desigualdade entre homens e mulheres em Moçambique, e no desenvolvimento de acções que permitam romper com as estruturas do poder patriarcal, orienta-nos para uma forma de pensar e agir a fim de construir uma sociedade onde todas e todos possam exercer os seus direitos de cidadania. É deste modo que a nossa organização está comprometida com a luta pelos direitos humanos e com as acções que visem contribuir para o fortalecimento de uma sociedade civil independente e atenta à defesa dos valores democráticos e de cidadania.

Visão

A WLSA MOÇAMBIQUE tem como visão um mundo justo e igual para todas as pessoas e sociedades comprometidas com a defesa e a garantia dos Direitos Humanos. Pretende ser parte activa na construção de uma sociedade com mais equidade e onde ninguém seja excluído em função do sexo, da raça, da etnia ou da religião, da

orientação sexo-afectiva e da idade, e em que cada pessoa e comunidade usufrua plenamente dos seus direitos de cidadania.

Missão

A WLSA assume como missão contribuir activamente para a identificação e a disseminação, tanto dos contextos favoráveis como das áreas críticas e obstáculos existentes na sociedade moçambicana no que respeita à igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens. A sua estratégia de acção está centrada na investigação, na formação, no lobby e advocacia, na criação de plataformas comuns em função da defesa dos direitos humanos das mulheres e numa gestão responsável e transparente.

Meta e objectivos

Melhorar a situação do exercício dos direitos humanos das mulheres, especialmente dos DSR, o direito a uma vida livre de violência e à participação aos vários níveis de decisão, contribuindo para uma democracia com base no respeito integral dos direitos humanos em geral.

Esta meta será atingida através da implementação dos seguintes objectivos estratégicos:

1. Identificar, reconhecer, desconstruir e denunciar a violação dos direitos humanos no contexto democrático, as práticas culturais que negam o acesso e o exercício dos DH das mulheres;
2. Contribuir para a criação de plataformas e estratégias comuns com outros actores da sociedade para alargar o âmbito de intervenção na área dos DH;
3. Promover a troca de conhecimentos para aprofundar os saberes sobre a realidade social, ga-

rantindo uma actuação mais eficaz e com impacto em contextos locais;

4. Garantir a estabilidade financeira e organizacional da WLSA através de políticas internas de rigor, transparência, solidariedade e coesão.

Estratégias e áreas de intervenção da WLSA

As estratégias e áreas de intervenção espelham-se na organização Interna da WLSA, que tem as seguintes áreas operacionais:

Pesquisa – Investigação para promover o conhecimento nas áreas dos direitos sexuais e reprodutivos, violência contra as mulheres e construção das identidades sociais, garantindo que a análise é orientada pela teoria das relações de género.

Formação – Concebida como meio importante de intervenção qualifica e aprofundada para as mudanças de comportamento, posicionamento e atitudes perante as assimetrias verificadas no exercício dos direitos humanos das mulheres no contexto da sociedade patriarcal.

Comunicação, Lobby e Advocacia – Procura manter o diálogo com e entre os parceiros da WLSA sobre a situação exercício dos direitos por parte das mulheres, particularmente referidos ao acesso ao poder político, à sexualidade e reprodução e à violência de género. A advocacia investe nas campanhas públicas pelos direitos humanos das mulheres e na análise e monitoria de leis e políticas públicas para garantir a igualdade.

Desenvolvimento Institucional – Procura maximizar o funcionamento da organização, as estruturas de governação, os sistemas e a capacidade técnica, bem como a implementação dos procedimentos na área dos recursos humanos.

Introdução

A análise do contexto tem em conta a realidade global, a regional e particularmente a realidade moçambicana, considerando os aspectos que afectam directamente o activismo dos direitos humanos, pois é o pano de fundo no qual o trabalho da WLSA se desenvolveu.

Como referimos no Plano Estratégico da WLSA 2016-2020, a situação no mundo evidencia um crescimento das diferenças e desigualdades entre países no acesso a recursos e no aumento dessas diferenças a nível de cada país e região. A fragmentação das instituições que abrigam Estados, como acontece com a União Europeia, nomeadamente com a saída da Inglaterra da zona euro, com as divisões cada vez mais aceleradas entre países ricos e pobres e com a imposição de modelos económicos subordinados a uma lógica de desregulação dos mercados financeiros, tem tido efeitos perversos no exercício de direitos dos povos.

Por outro lado, e como consequência do esboroamento dos princípios democráticos e diminuição da solidariedade internacional, assiste-se a um preocupante crescimento de posições conservadoras que dominam a arena política internacional, e que têm reflexos nos Estados e no funcionamento das agências internacionais e de cooperação.

Um pouco, por toda a parte, mas com maior incidência no médio oriente e na África do norte, grupos religiosos extremistas desencadeiam a destruição e a desintegração de Estados, como a Síria e o Iraque, lançando milhões de pessoas para a miséria, para o exílio e para morte.

As mudanças climáticas e as dificuldades das organizações da sociedade civil em colocar na agenda internacional a necessidade de adopção de medidas enérgicas a favor de um planeta mais saudável, culminam uma situação mundial que se apresenta como pouco favorável para os direitos das pessoas.

Face a este contexto, as mulheres encontram-se mais expostas à pobreza e à retirada de direitos. Neste sentido e perante uma realidade regional, prisioneira dos interesses conservadores a nível global, assiste-se a um reforço do discurso da tradição e da cultura, o que configura um retrocesso face ao acesso a direitos duramente conquistados. Contudo, e ao mesmo tempo que há uma retracção na qualidade de vida das pessoas, assiste-se por parte dos movimentos de mulheres à realização de acções que visam reflectir e definir estratégias na luta pela igualdade e equidade.

Ao nível da realidade moçambicana o contexto em que se vive e trabalha é marcado por um visível aumento das desigualdades sociais e económicas. A instalação das cor-

porações económicas no centro e norte de Moçambique, em conjunto com a fragilidade das instituições do Estado, conduz a que a sua soberania esteja a ser transferida para as indústrias extractivas, o que tem provocado um aumento exponencial da contracção de direitos. O deslocamento forçado das populações, a sua instalação em zonas áridas e as dificuldades em reconstituir os meios de vida, cria uma percepção de irrelevância das comunidades face aos interesses do extractivismo. Ao extractivismo económico se junta o extractivismo político, no sentido, em que as populações se encontram numa situação em que o papel do Estado na defesa dos seus direitos é limitado pela aliança entre as elites predadoras e as corporações económicas.

Neste contexto, a violação dos direitos das comunidades, particularmente das mulheres, tem atingido patamares insustentáveis. Sendo o trabalho das mulheres decisivo para a sobrevivência do quotidiano familiar, as terras não produtivas que encontraram nas zonas de reassentamento, as dificuldades em refazer meios de vida, e a impossibilidade de desenvolverem novas actividades conduzem à desestruturação do tecido social e ao aumento da pobreza feminina e do exercício da violência, nomeadamente da violência doméstica e da prostituição infantil.

Do mesmo modo, há a considerar o problema das “dívidas soberanas” que se tem feito sentir brutalmente na vida das pessoas, com a desvalorização abrupta do metical, com o aumento do custo de vida, levando assim a uma diminuição real dos salários e do poder de compra das populações.

Tal como em 2015, em 2016 o conflito político militar aumentou os níveis de insegurança no país, principalmente na zona centro, atingindo um número elevado de comunidades, com reflexos na sobrevivência das pessoas, particularmente das mulheres no que respeita à possibilidade de produção agrícola, venda e transporte de produtos e funcionamento das unidades sanitárias e escolas. A esta situação junta-se a existência de um auto denominado “esquadrão da morte” que tendo como alvo principalmente membros dos partidos da oposição e intelectuais, tem gerado um sentimento de medo perante a intolerância política e o desrespeito pela vida das pessoas. Também os sucessivos adiamentos na mesa de negociações e os retrocessos perante acordos publicamente assumidos pelas partes e ainda o impedimento da participação da sociedade civil nas negociações, conduziu a uma maior desconfiança e frustração das pessoas face a um processo que não tem sido transparente (nem coerente), demonstrando falta de vontade política na concertação de posições.

Se ainda tivermos em conta a crise económica, provocada em grande parte pelas dívidas soberanas do Estado, e a descida vertiginosa do país nos rankings económicos e de boa governação, podemos afirmar que 2016 (embora com antecedentes nos dez últimos anos) se constituiu como um momento em que a descrença e o desânimo invadiram as mentes e os corações dos moçambicanos e das moçambicanas.

Nesta conjuntura, as organizações da sociedade civil têm manifestado, por diversas ocasiões, o seu descontentamento e a sua indignação, sem que no entanto, as suas vozes tenham sido escutadas pelos poderes. Contudo, as organizações da sociedade civil (por vezes articuladamente, através de redes e plataformas) e apesar das restrições de financiamento têm sido capazes de estimular o surgimento de novas vozes que tanto nas zonas rurais, como nas zonas urbanas dinamizam processos de luta pela afirmação dos direitos civis, políticos e económicos. No entanto, a situação política e social do país tem sido utilizada para reprimir direitos prescritos constitucionalmente, como são o caso de manifestações pacíficas a favor da paz.

Finalmente pensamos ser importante referir o trabalho que as organizações da sociedade civil, nomeadamente a WLSA, tem realizado em prol dos direitos humanos, destacando a participação activa na definição de uma estratégia contra os casamentos prematuros e na luta pelo seu envolvimento no processo de negociações em curso no país. Com o trabalho em rede tem havido acordos entre organizações parceiras e aumento da eficácia das suas acções.

Este relatório está centrado nos resultados obtidos, e privilegia uma abordagem global, e não focalizada nas áreas organizacionais da WLSA. Assim, o relatório destaca três resultados principais:

Resultado 1: Aprofundamento do debate entre cultura e direitos humanos

Resultado 2: Defesa dos direitos humanos e desenvolvimento de uma cultura democrática

Resultado 3: Intervenção no processo legislativo, reforço do trabalho em rede e sensibilização sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos

Apresentamos em separado o Desenvolvimento Institucional.

Em anexo estão detalhes de algumas das principais actividades da WLSA.

Visão Geral do Programa da WLSA em 2016

O ano de 2016 é o primeiro do cumprimento do Plano Estratégico 2016-2020.

Pesquisa

A pesquisa é pensada como uma estratégia para obter os dados que permitirão conceber e planificar a acção.

Objectivos

1. Analisar os efeitos da indústria mineira em Moatize, no acesso a recursos naturais, a serviços e informação sobre os recursos (terra, água, saúde, educação, etc.), principalmente por parte das mulheres reassentadas

2. Analisar o grau de aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro) tendo como base o levantamento estatístico em cada uma das instituições e OSC que prestam atendimento e administram justiça e as representações sobre violência doméstica, dos grupos alvo.

Programas

Programa 1. A indústria extractiva e a exploração dos recursos naturais no acesso e exercício dos direitos humanos nas províncias de Tete (1ª parte – 2016)

Programa 2. Análise da Aplicação da Lei da Violência Doméstica (2015-2016)

Formação

Os diferentes programas de formação, configurados por uma perspectiva de direitos humanos, promovem a troca de conhecimentos para aprofundar os saberes sobre a realidade social através da disseminação dos resultados da pesquisa, garantindo uma actuação mais eficaz e com impacto em contextos locais. Pela capacitação dos grupos alvo, a formação potencia o funcionamento das instituições e organizações, maximizando a sua intervenção e actuando no sentido de sensibilizar para a importância do respeito dos direitos humanos das mulheres e das crianças para o desenvolvimento de uma sociedade plenamente democrática.

Objectivos

1. Formar e mobilizar jovens para a mudança de percepções e práticas de vida, promoção dos seus direitos sobretudo DSR
2. Identificar e denunciar práticas que negam o acesso e exercício dos DSR e contribuem para uma educação sexista
3. Reflectir sobre as dimensões da sexualidade e reprodução numa perspectiva de DH
4. Identificar, denunciar práticas que negam o acesso e exercício dos DSR e fomentam a violência de género,
5. Aumentar a sensibilidade dos actores locais para melhoria das condições de segurança da comunidade, violência de género e exercício dos DSR
6. Incrementar a autoconfiança e valorização da participação das mulheres nas organizações partidárias
7. Sensibilizar quadros do sector judiciário sobre a importância da alteração de discursos e práticas que negam direitos, contrariam a equidade de homens e mulheres perante a lei
8. Promover a mudança de valores, crenças e práticas dos membros da polícia afectos aos Gabinetes de Atendimento a Família e Menores (GAFM)

Programas

- 2.1. Formação em Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR) a jovens, professores e activistas
- 2.2. Formação em direitos humanos, em especial DSR em zonas de exploração mineira em Moatize
- 2.3. Formação para lideranças femininas de partidos políticos
- 2.4. Formação dos Agentes de Administração da justiça

Comunicação, Lobby e Advocacia

Com a Comunicação, Lobby e Advocacia pretende-se conceber a um conjunto de acções estratégicas que visa criar um ambiente social e político favorável aos direitos humanos e aos direitos das mulheres em particular, tentando ganhar apoios de lideranças políticas, dos decisores e da opinião pública, para influenciar ou mudar a legislação e as políticas públicas.

Assim, no que concerne a esta área, a intervenção procurará abarcar vários níveis. Em primeiro lugar, é importante continuar e aprofundar o trabalho em rede, em torno dos principais dossiers relativos aos direitos humanos, aproveitando as condições mais favoráveis de intervenção em contextos nacionais e as janelas de oportunidade que surgem. Nesta linha, é essencial alargar o protagonismo das e dos jovens no cenário político, ganhar para a causa dos direitos humanos das mulheres activistas jovens de organizações da sociedade civil, através de actividades de capacitação e sensibilização.

Objectivos

1. Reforçar a Rede DSR, sensibilizando sobre os DSR e a sua importância no exercício dos direitos de cidadania, através da realização regular de briefings, reuniões públicas e encontros com profissionais de saúde
2. Criar uma plataforma de OSC para desenvolvimento de um sistema de denúncia de monitoria de violência sexual através de SMS, em 3 bairros da cidade de Maputo, com a duração de 2 anos (2016-2017)
3. Denunciar e disseminar as violações dos DH, especialmente dos DHM, nas zonas de exploração mineira em Moatize, em conjunto com redes locais de OSC, como a RAMBOG e a UPCT (2016-2017)
4. Colaborar regularmente com a CECAP para a eliminação da prática dos "casamentos" prematuros, colaborar com outras OSC para eliminar normas discriminatórias no Código de Processo Penal, quando a proposta de lei estiver no Parlamento, na Lei da Família e na Lei das Sucessões e Herança
5. Garantir a qualidade dos serviços prestados no Centro de Documentação e Informação e o mais amplo acesso aos interessados
6. Divulgar os resultados de pesquisa da WLSA em vários formatos, e fornecer material de suporte às actividades da WLSA e parceiros, e organização de debates regulares
7. Sensibilizar jornalistas sobre temas de interesse na área dos DHM
8. Capacitar jornalistas com conhecimentos sobre temas de interesse na área dos DHM, através de 5 cursos com a duração de 4 dias, em colaboração com a FORCOM

Programas

- 3.1. Fortalecimento de redes de OSC (2016-2020)
- 3.2. Reforma Legal
- 3.3. Programa de disseminação dos resultados da pesquisa e das mensagens da WLSA, prestação de serviços e produtos
- 3.4. Reforço da cooperação com os órgãos de comunicação social
- 3.5. Troca de experiências

Desenvolvimento Institucional

Com esta área pretende-se congrega e potencializar esforços e capacidades para garantir o desenvolvimento e sustentabilidade institucional, de modo a assegurar que a WLSA tenha os meios e as condições para cumprir, com sucesso, a meta e os objectivos deste Plano Estratégico.

Objectivos

1. Actualizar os procedimentos financeiros e organizativos
2. Inovar as formas de angariação de fundos
3. Melhorar a avaliação de desempenho dos membros

Programas

1. Melhoria da capacidade técnica e do desempenho dos trabalhadores da WLSA;
2. Reforço dos mecanismos de controlo interno dos sistemas financeiro e administrativo;
3. Angariação de fundos;
4. Interação com os órgãos sociais.



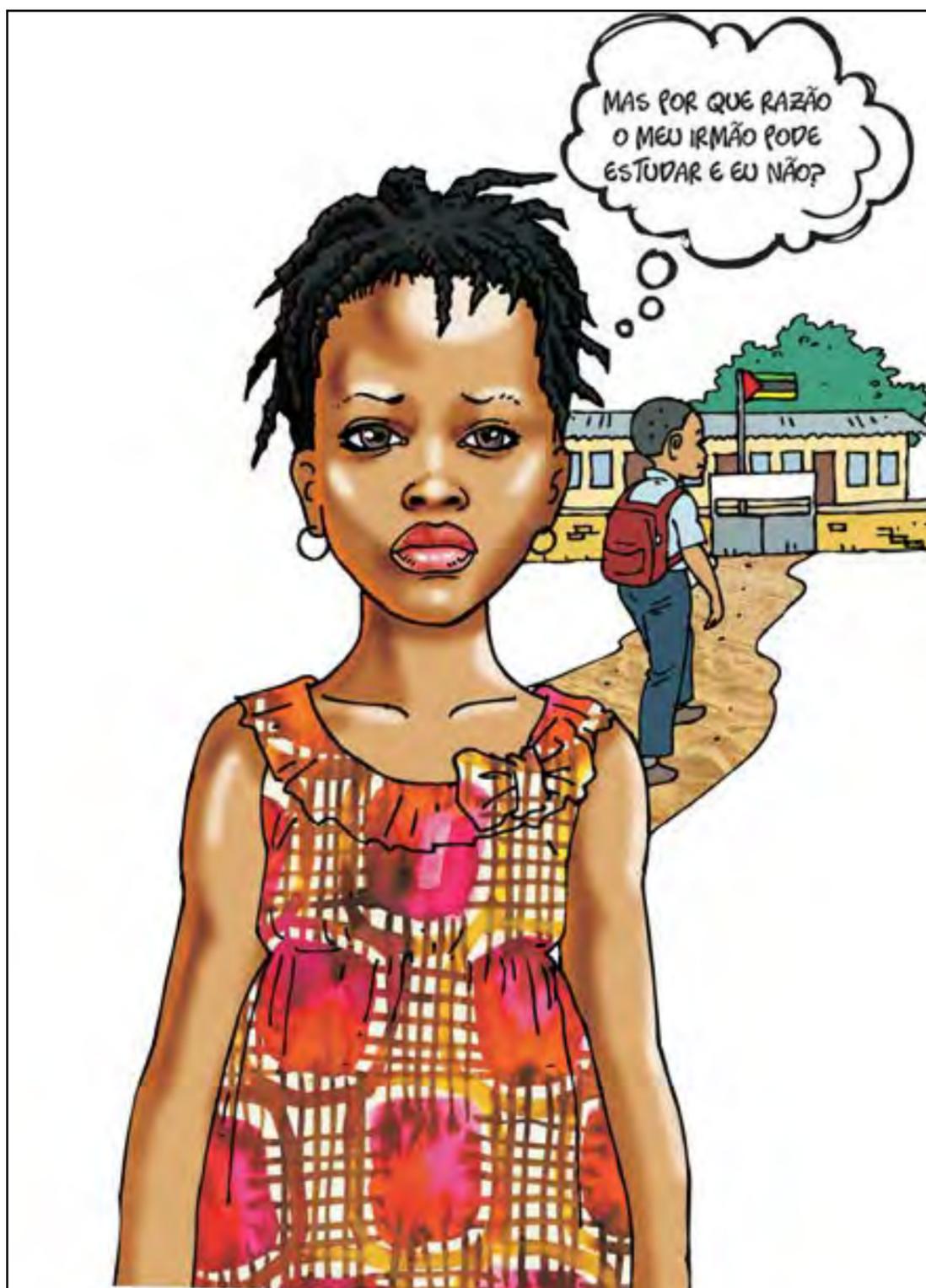
Resultados do ano de 2016

**RESPEITA
A MINHA
OPINIÃO!**



Manifestação de 18 de Junho de 2016
Hora de Concentração: 7H30
Local: Av. Eduardo Mondlane, perto da estátua de
Eduardo Mondlane

Resultado 1: Aprofundamento do debate entre cultura e direitos humanos



Em virtude da sua actuação centrada na defesa dos direitos humanos das mulheres, um dos grandes desafios que a WLSA enfrenta desde o início é a tensão no relacionamento entre cultura e direitos humanos. Considera-se que a invocação de tradições culturais (ou religiosas) em detrimento dos direitos humanos, sobretudo os direitos humanos das mulheres, não raro constitui pretexto para a manutenção de determinadas formas de dominação. Argumentar com a diversidade cultural para limitar os direitos individuais, é uma forma de travar demandas justas e legítimas.

Face a este ambiente hostil (tanto de forma aberta como subtil), uma das estratégias da WLSA é de pesquisar sobre os temas mais candentes e trazer esses resultados para o debate público, tanto entre parceiros como em outros sectores. Mantém-se, portanto, como objectivo, investigar e divulgar a relação entre acesso e exercício dos direitos humanos e as representações e práticas culturais.

Neste contexto, foi concluído o programa de pesquisa sobre a aplicação da lei da violência doméstica (iniciado no segundo semestre de 2015). O relatório foi publicado e realizado o seu lançamento público, que constituiu um momento para a divulgação preliminar dos resultados.

Este estudo tinha por objectivos principais: conhecer (i) sobre o conhecimento da lei pelos vários intervenientes que nos sectores da polícia, da saúde, da procuradoria, dos tribunais e das organizações da sociedade civil actuam em contexto de violência doméstica, (ii) sobre as representações dos actores acerca da violência doméstica, incluindo a sua percepção do valor e do significado conferido ao crime, traduzido na forma como se processa o atendimento e encaminhamento das vítimas e nos acórdãos dos tribunais, (iii) sobre a articulação intra e inter institucional dos casos de violência doméstica.

Uma das conclusões principais deste trabalho mostrou que as representações sobre violência doméstica apresentam semelhanças (e também algumas diferenças) entre agentes policiais, juízes, procuradores e organizações da sociedade civil. Embora a maioria dos agentes policiais, juízes e procuradores e activistas concordem que a violência doméstica é um acto reprovável, cada um deles, no âmbito do seu trabalho, utilizam a salvaguarda da família para aconselharem e mediar o conflito, despenalizando o crime e o agressor, numa clara interferência dos seus próprios valores na interpretação da lei.

Durante o ano de 2017 os resultados deste estudo serão disseminados de maneira mais consistente e organizar-se-ão debates com os sectores mais relevantes da justiça e parceiros da sociedade civil. Num momento em que a violência doméstica ganha relevo e destaque por tristes circunstâncias, como as agressões (uma delas fatal) de figuras públicas femininas, torna-se mais importante do que nunca trazer para a agenda pública este problema.

Ao nível da formação, destaca-se a capacitação sobre casamentos prematuros em Pemba, Quelimane e Nampula (nos meses de Agosto, Setembro e Outubro respectivamente), actividade não prevista no plano de 2016, que foi ditada pela necessidade de dar prioridade e urgência a medidas para combater as uniões forçadas de raparigas que, através de um normativo cultural, excluem direitos. Ainda neste contexto pretendeu-se melhorar o conhecimento do enquadramento jurídico vinculativo para a protecção dos direitos humanos das crianças e as respectivas obrigações do Estado. Esta acção decorreu de uma parceria com a UNICEF e destinou-se a agentes da sociedade civil e do governo que intervêm nesta área.

Os conteúdos ministrados visam a mudança de comportamentos e de representações no seio dos participantes relativas às desigualdades de género no acesso e exercício de direitos, procurando que os formandos ampliem as suas margens de decisão e tenham uma participação mais activa no combate aos casamentos prematuros.

Nos debates havidos um desafio crucial para a segurança das meninas centrou-se na definição de estratégias para integrar, da melhor forma, o aspecto do empoderamento destas crianças, ponto essencial dos discursos sobre os direitos humanos. Nas abordagens sublinhou-se a premência da alteração do discurso da vulnerabilidade para

uma nova perspectiva de participação das mesmas na discussão dos seus problemas, rejeitando assim a visão paternalista tradicional de crianças enquanto objecto de controlo dos adultos e não sujeitos de direitos.

Tendo em vista uma complementaridade das acções foi realizada uma capacitação breve de técnicos do Ministério do Género, Criança e Acção Social e de outros sectores do Estado em aspectos relevantes no combate aos casamentos prematuros; desafios e constrangimentos na implementação da Estratégia de Combate aos Casamentos Prematuros. O objectivo central era discutir formas de potenciar os actores do Governo e da Sociedade Civil em matérias de direitos das crianças, promovendo assim a mudança de normas, práticas sociais nocivas e favorecendo o combate às uniões forçadas. Foi elaborada uma brochura sobre a Estratégia Nacional para servir de apoio a esta acção, mas também está a ser utilizada por outros parceiros nas suas actividades de formação.

A formação no sector da justiça (incluindo a formação em serviço nas esquadras de polícia e a formação para magistrados no CFJJ), coloca sempre o enfoque da análise da Lei da Violência Doméstica (Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro) nas tensões entre o texto da lei e os próprios valores e crenças dos agentes da Justiça. Concretamente a formação no CFJJ, através do módulo "Género no Judiciário", com candidatos a magistrados e técnicos do IPAJ, também insistiu na desconstrução do fenómeno da violência, demonstrando que as culturas prevalecentes são patriarcais e que este fenómeno é um mecanismo de controlo e que pretende manter as mulheres nos papéis que lhes são tradicionalmente atribuídos.

Convém ainda salientar a monitoria às Secções e Gabinetes e de Atendimento à Família e Menores (GAFM) que vem sendo desenvolvida dentro do programa de Formação aos Agentes da Polícia afectos a estes serviços, em parceria com o MINT (Ministério do Interior).

É uma actividade que decorre após os agentes passarem por formações sobre "Violência de Género" nas suas dimensões legal, sociológica e psicológica bem como os procedimentos a observar durante o atendimento às vítimas. Pretende-se também com esta actividade, sublinhar de forma reiterada, como a violência doméstica contra as mulheres, resulta da desigualdade nas relações de poder entre os sexos, de um poder assimétrico entre mulheres e homens.



Os objectivos são:

- Verificar se as condições de trabalho respondem aos padrões de qualidade;
- Verificar se o atendimento responde as exigências da lei 29/2009, e se está de acordo com os padrões éticos de respeito pelos direitos e dignidade da vítima;
- Verificar se o livro de registo de ocorrência é preenchido correctamente e identificar os ajustes oportunos para a sua utilização correcta;
- Promover a mudança de valores, crenças e práticas dos membros da polícia afectos aos GAFM.

A monitoria foi feita em 5 SAFM da Província e Cidade de Maputo, abrangendo 6 agentes em serviço nos mesmos. Foi possível constatar que apesar da maior parte dos(as) agentes seguirem o mesmo processo para o atendimento às vítimas, em alguns Gabinetes há interferência da PIC no processo, notificando as partes, fazendo acareações e muitas vezes dando desfecho aos casos

sem passarem pelas instâncias jurídicas competentes (Procuradoria e Tribunal). As dificuldades em relação ao encaminhamento das vítimas para outras instituições como é o caso da saúde, dizem respeito ao facto destas, muitas vezes, não retornarem aos Gabinetes com os resultados dos exames pedidos para efeitos de prova nos processos de violência doméstica.

Contudo, apesar de todos os constrangimentos e dificuldades, é possível identificar aspectos positivos no trabalho desses agentes e a sua contribuição para o sancionamento destes crimes. Gostaríamos de mencionar em síntese, os que se seguem;

- Melhoria do conhecimento da legislação, identificado pelo facto dos/as agentes assumirem que os casos de violência doméstica são crimes públicos e o processo deve continuar mesmo que não haja vontade da vítima;
- Aperfeiçoamento na tipificação dos crimes de violência nos livros de registo de ocorrências;
- Melhoria no encaminhamento dos processos a outras instituições que intervêm em proces-

sos de violência doméstica (Hospital, Procuradoria, Tribunal, Serviços de Acção Social).

O atendimento é feito seguindo os procedimentos da lei da violência; uma das evidências é o facto dos/as agentes informarem as vítimas sobre os seus direitos e sobre a necessidade de continuar com a denúncia.

A participação da WLSA com a CECAP (a coligação contra os casamentos prematuros) teve maior destaque na discussão e depois na divulgação da Lei Modelo para a Erradicação do Casamento Prematuro e Protecção da Criança já em Casamento, aprovada na 39ª sessão do Fórum Parlamentar da SADC (Agosto de 2016, Swazilândia).

A aprovação da lei foi um passo significativo no sentido de erradicar esta prática que viola grossieramente os direitos das crianças, abrindo caminho para a elaboração e aprovação de legislação nacional apropriada e eficaz em cada país da SADC. O discurso de apresentação da proposta de lei no Parlamento foi bastante eloquente

sobre a necessidade de proteger os direitos das crianças, não aceitando normas ou tradições que restrinjam esses direitos.

Teve seguimento a participação da WLSA em várias acções concertadas com organizações do MEPT (incluindo a CECAP), para a eliminação do Despacho nº 39 do Ministério de Educação, de 2004, que obriga as raparigas grávidas na escola a serem transferidas para o curso nocturno, o que tem contribuído para o aumento das taxas de desistência. Depois um início de trabalhos auspicioso, em 2015, em 2016 o ritmo abrandou, com problemas por parte da equipe do Ministério da Educação, que referem constantemente problemas de disponibilidade de tempo. A saída do Ministro Jorge Ferrão quase no final do ano, também não contribuiu para a celeridade do processo. O trabalho prosseguirá em 2017.

O website da WLSA (www.wlsa.org.mz), como previsto, serviu de espaço de discussão e de



aprofundamento de ideias, tendo debate sobre cultura e direitos humanos ganho um lugar de destaque. O balanço deste trabalho (veja em anexo o relatório completo) mostrou um aumento das visitas e dos comentários.

O investimento no FaceBook começou também a dar os seus frutos, com um acréscimo de leituras e de reacções na forma de "gostos" ("likes") (veja em anexo o relatório).

Actividades

Várias actividades contribuíram para este resultado, das quais apresentamos as mais importantes.

Foi finalizada a elaboração do Livro sobre violência doméstica (concluída a sistematização e o resumo da informação em tabelas e gráficos dos casos de violência doméstica registados na PRM, nas unidades sanitárias, tribunais e procuradorias e nas OSC em Maputo, Sofala e Nampula; analisada comparativamente a estatística recolhida em cada um dos sectores e unidades espaciais de estudo; realizada a análise das representações e práticas sobre violência doméstica dos intervenientes em cada umas das fases do processo de atendimento e resolução da violência doméstica pelos agentes policiais, agentes de saúde (principalmente os que trabalham na maternidade, ginecologia, e pontos focais de género das DPS e os hospitais e centros de saúde) e, ainda juízes e procuradores). As conclusões principais deste trabalho são as seguintes:

- Não há uma única forma de articulação entre as diferentes instituições, a não ser nos Gabinetes de Atendimento existentes nas esquadras que articulam com os procuradores (através do comandante da esquadra) e, por vezes com a saúde, sempre que é solicitado o laudo pericial. Ainda neste sector, não é feita articulação entre os vários serviços para os casos de violência doméstica, tendo dificuldades de reconhecimento e encaminhamento (internamente) das vítimas. Ainda no sector da saúde não existe, a não ser ocasionalmente registo da violência doméstica e, mesmo assim, os agentes de saúde estão proibidos de fornecer a parca informação existente.
- Não existe uma padronização na classificação e tipificação da violência doméstica nas várias instâncias, com excepção dos agentes que exercem funções nos Gabinetes de Atendimento, o que não permite a obtenção de estatística credível. A análise comparativa entre o registo efectuado nas esquadras da

polícia e na procuradoria e tribunal mostra claramente uma enorme e preocupante perda de processos nestes níveis de decisão, o que pode explicar-se, mas apenas em parte, por existirem diferentes formas de registo, por exemplo, nalguns Livros de Portas serem identificados os casos de violência doméstica como violência física, violência social e outras vezes como violência doméstica. A mesma situação foi encontrada nos tribunais onde foi realizado o trabalho de campo.

Uma situação particularmente grave para a obtenção de informação estatística tem a ver com o facto de em cada instância de decisão os processos serem numerados diferentemente, o que impede que os casos sejam analisados, desde a abertura do auto até aos acórdãos dos tribunais.

O livro sobre esta pesquisa foi publicado e realizou-se o seu lançamento e a divulgação preliminar dos resultados obtidos.

Um conjunto de debates realizados pela WLSA ou em que um membro da WLSA foi convidado participar, trataram também da temática da cultura e dos direitos humanos, a partir de assuntos como a violência de género e os direitos sexuais e reprodutivos (veja em anexo a Participação em Eventos).

Lições e desafios

Não é fácil nem simples intervir no debate sobre cultura e direitos humanos, tanto ao nível das várias instâncias do governo e do Parlamento, como também junto ao público em geral. E, no entanto, os resultados mostram que há alguns avanços e que, mais do que nunca, se deve continuar nesta senda. Os resultados das pesquisas devem continuar a ser divulgados em vários espaços e para diferentes públicos.

A presença nas redes sociais reveste-se de uma grande importância, tendo em conta que o anonimato das pessoas nestes círculos faz com que o tom das discussões se exacerbe, permitindo que discursos de ódio em geral (e em particular contra as mulheres) se disseminem e ganhem adeptos. Como activistas, precisamos de investir cada vez mais nas novas tecnologias de informação.

ENTRE A DENÚNCIA E O SILÊNCIO

Análise da aplicação da Lei
contra a Violência Doméstica (2009-2015)



CONCEIÇÃO OSÓRIO e TEREZA CRUZ E SILVA

Resultado 2: Defesa dos direitos humanos e desenvolvimento de uma cultura democrática

Como referido na Introdução, a situação político-militar e económica do país está a em degradação, e em 2016 foram expostos casos de corrupção que fizeram aumentar a dívida externa, desvalorizar a moeda e deteriorar o nível de vida da maioria dos moçambicanos. Perante a crise, muitas foram as vozes que se fizeram ouvir (ou tentaram!), mas a repressão policial contra estas manifestações foi de uma dureza que nunca antes se tinha sentido. Este tipo de repressão pode fazer perigar o crescimento da sociedade civil que, não sendo ainda forte o bastante, pode deixar-se intimidar por este braço de força do governo.

Há três momentos charneira ao longo deste ano: i) a expulsão da activista espanhola da Marcha Mundial das Mulheres Eva Anadón Moreno, na sequência da sua participação na tentativa de realizar uma acção de rua contra a violência que atinge a rapariga na escola; ii) o baleamento do comentador político e docente universitário José Jaime Macuane, por indivíduos que lhe passaram o “recado” de que estava a ser avisado para não falar; iii) as tentativas de repressão e de intimidação para impedir que várias manifestações de rua; iv) o crescente número de assassinato de opositores políticos do regime, orquestrado pelos chamados “esquadrões da morte”.

Reagindo a esta situação, uma plataforma de ONGs, da qual a WLSA faz parte, coordenada pela organização JOINT, organizou uma marcha pacífica que teve lugar a 18 de Junho, sob o lema “Pelo direito à esperança”. Como se previa, houve várias manobras intimidatórias, ameaças de morte aos cabeças de lista das conferências de imprensa, acções para impedir a notificação legal para realizar a marcha (de acordo com a lei) e tentativa de infiltrar elementos da segurança nas reuniões do grupo.

No entanto, conseguiu-se realizar a marcha, que contou com cerca de 300 pessoas e terminou

com a leitura do Manifesto preparado para o efeito. No convite para o evento, a plataforma indicava: “Defendemos o direito à esperança, para que tanto esta como a geração vindoura possam viver em paz, num clima de justiça e acreditando num futuro em que todas e todos poderão conviver com dignidade e com respeito às diferenças, e que moçambicanas e moçambicanos de todas as confissões religiosas, de todas as filiações partidárias, de todas as origens e estratos sociais se sintam integrados, tenham trabalho ou meios de vida e possam realizar o seu potencial como cidadãs e cidadãos”.

Foram preparados vários materiais para a marcha e o comunicado “Pelo Direito à Esperança” foi divulgado em todas as redes sociais.

As reacções foram positivas e o mais importante foi ter mandado a mensagem de que é possível organizar manifestações de rua no país, desde que haja união entre as organizações da sociedade civil, perseverança e capacidade de planificação. Com efeito, depois desta primeira, outra grande manifestação foi coordenada pelo Parlamento Juvenil.

Ainda na sequência desta acção, a WLSA preparou a sua Agenda Mulher 2017 com o mesmo lema da marcha, tendo divulgado o comunicado e textos da autoria de várias/os activistas comentando a situação política. Uma vez que estas Agendas são muito solicitadas e lidas, espera-se que venham a ter um impacto grande na mobilização das e dos cidadãs/cidadãos para o debate de ideias em torno da democracia.

As acções de formação da WLSA integram todas uma abordagem que visa motivar as e os participantes a envolverem-se cada vez na sua qualidade de cidadãs e cidadãos, na gestão da coisa pública (res publica). Algumas dessas acções, são mais direccionadas que outras neste sentido, como passamos a apresentar.

Para este resultado contribuiu também a capacitação de mulheres de partidos políticos e de organizações da sociedade civil em temáticas de democracia e participação política visando:

- Cultivar as suas habilidades de liderança;
- Fortalecer as capacidades que lhes permitem advogar para uma melhor equidade na distribuição dos lugares de poder;
- Propiciar uma maior intervenção na tomada de decisão.

Em parceria com o Fórum Mulher a WLSA esteve envolvida na preparação dos conteúdos da for-

mação (onde o nosso Manual de Formação em Participação Política e Poder foi largamente utilizado) mas igualmente na facilitação. Esta actividade que decorreu de 30 de Maio a 2 de Junho procurou também incrementar a autoconfiança e valorização da participação das mulheres nas organizações políticas.

Numa outra vertente mas procurando igualmente atingir este resultado realizou-se uma formação para Educação em Direitos no contexto do Desenvolvimento da Indústria Extractiva, no âmbito do projecto “Empoderando raparigas e mulheres em zonas de exploração mineira”, implementado com o apoio da União Europeia no distrito de Moatize, província de Tete. A formação procurou:

- Disseminar e promover os instrumentos legais em vigor aplicáveis à área da indústria extractiva;
- Dar a conhecer aos participantes como o desenvolvimento da indústria extractiva pode afectar as mulheres e raparigas;
- Identificar os direitos humanos das mulheres bem como os mecanismos de defesa dos mesmos, nos locais de reassentamento;
- Reforçar o trabalho em rede das organizações para que possam melhorar a capacidade de exigir os seus direitos.

A mesma foi baseada nos resultados de pesquisa e destinou-se a 30 membros (20 mulheres e 10 homens) das organizações da sociedade civil que fazem parte da plataforma RAMBOG (Rede das Associações de Moatize para a Boa Governação) e trabalham na área de direitos. O diálogo e os debates promovidos durante a formação permitiram melhorar o nível de consciência sobre o papel do paralegal e activista em relação a função que ele desempenha para a defesa dos direitos das comunidades, bem como ampliou o horizonte da acção política a desenvolver para reivindicar direitos, construir consensos, chegar a acordos entre as diferentes organizações. O enfoque centrou-se nos direitos a respeitar, a observância dos princípios de igualdade, equidade, responsabilidade e participação.

Procurou-se, igualmente, disseminar a legislação que assegura a protecção dos direitos à terra e outros recursos, preservação do ambiente, direito à informação e participação em consultas públicas. Dados importantes foram também avançados sobre formas de organização das associações para garantirem que os membros das comunidades reassentadas possam mitigar os

impactos adversos às suas capacidades de desfrutar de uma gama de direitos económicos, sociais e políticos.

A base metodológica empregue partiu da premissa de que o acesso e a gestão dos recursos utilizados pelas comunidades podem ser melhorados se os actores locais se organizarem em redes de apoio e se os talentos e recursos forem aproveitados para atender as necessidades e demandas do quotidiano.

Para apoio e melhoria dos conhecimentos foi elaborada uma brochura intitulada Investimento Mineiro em Moatize e Direitos das Comunidades. Esta foi testada durante a formação e entregue as/os participantes para comentários e acréscimos. Está em curso o seu aperfeiçoamento que integrará as contribuições solicitadas.

Uma outra acção de formação procurou contribuir para o reforço da capacidade e agência da Associação de Jornalistas Económicos de Mo-

çambique (AJECOM). Com efeito, aos mesmos foram transmitidos conhecimentos que visam o seu empoderamento em temas como: o associativismo, boa governação, gestão financeira e transparência das ONG’s, os segredos para o sucesso de uma organização, o activismo, planificação e prestação de contas. A WLSA utilizou a metodologia participativa com base nas experiências e dificuldades sentidas e vividas pelos formandos, dando essencialmente a sua experiência de intervenção – sucessos, constrangimentos e desafios.

Para responder ao desafio da protecção de direitos das comunidades no âmbito da exploração de recursos naturais, que é uma das linhas de intervenção do novo Plano Estratégico, foi realizado o trabalho de campo de uma pesquisa sobre a situação dos direitos humanos das comunidades, especificamente das mulheres, em contexto de implantação da indústria extractiva no distrito de Moatize, província de Tete.





Eram objectivos desta pesquisa:

1. Analisar de que modo a legislação internacional, regional e a elaborada em Moçambique adopta procedimentos de defesa das comunidades deslocadas pelo processo de reassentamento.
2. Identificar como a soberania do Estado determina e orienta as acções de expropriação, compensação e responsabilidade social das empresas de indústria extractiva em Moatize.
3. Analisar os mecanismos de exclusão, e também de inclusão, das comunidades nos novos locais, incidindo nas representações e práticas que demonstrem, ou não, a pertença, e o desenvolvimento de estratégias comunitárias para a reivindicação de direitos.
4. Identificar se e como, os direitos das mulheres foram protegidos, ou pelo contrário violados atendendo à especificidade do trabalho e da identidade das mulheres.
5. Analisar a actuação das organizações da sociedade civil, tendo em conta a defesa dos direitos das mulheres.

Os resultados preliminares desta pesquisa indicam que, mesmo tendo Moçambique subscrito a legislação regional e internacional sobre indústria extractiva, falta regulamentação e definição de alguns conceitos como compensações e responsabilidade social. Não existe monitoria da aplicação da lei, nomeadamente da Lei do Ambiente e da Lei de Minas.

O processo de reassentamento entra em conflito com os dispositivos legais sobre reassentamento, nomeadamente no que respeita à participação das comunidades e as consultas públicas não foram entendidas pelas pessoas como consulta, mas como comunicação. Todas as pessoas entrevistadas referiram que foram forçadas a deslocarem-se para os novos locais.

As pessoas desconhecem a lei, pese algum esforço das OSC na divulgação dos direitos e há um sentimento generalizado entre as pessoas reassentadas de incumprimento pelo Estado das suas funções, existindo transferência da soberania do Estado para as empresas.

As mulheres são duplamente atingidas pela mineração: primeiro porque lhes foi retirada a possibilidade de reproduzirem as actividades reali-

zadas anteriormente, como o trabalho na terra e a venda no mercado, e segundo porque desapareceram os mecanismos de socialização, como os "encontros" no rio, no fontanário e nos mercados. Para além deste facto, as indemnizações foram recebidas pelos homens, dando origem a graves conflitos no seio das famílias, como aumento da violência doméstica e casamentos prematuros.

Os programas de geração de renda das empresas não tiveram em conta a realidade das comunidades, nem os seus hábitos. Cerca de metade das pessoas reassentadas em Mualadzi abandonaram o local, tendo vendido os materiais de construção.

A empresa Vale apoia a formação profissional no Centro de Formação Profissional de Moatize, mas o que se constata é que essas pessoas não são absorvidas pelo mercado de trabalho.

O relatório de pesquisa será finalizado em 2017, para posterior publicação. Os resultados do estudo servirão como base para as outras actividades previstas em Moatize, tanto da formação como da advocacia.

Desafios e lições aprendidas

A situação do país é preocupante, com as instituições mostrando-se pouco actuaes no sentido de repor a ordem democrática e de proteger as e os cidadãos/cidadãs. Face a esta situação, é cada vez mais urgente que se tenha uma sociedade civil forte e actuaante, capaz de exigir trans-

parência e de monitorar o governo e a aplicação de leis e implementação de programas.

Neste sentido, uma vez que as organizações da sociedade civil têm pela frente um longo caminho no sentido da sua autonomia face ao poder e de força para responder ao que delas é esperado, é necessário que se continue a trabalhar para desenvolver um espírito de cidadania actuaante e crítica. A experiência este ano mostrou que as organizações podem resistir à intimidação e às ameaças, se conseguirem manter-se unidas e coesas.

Na continuidade do actual Plano Estratégico vai-se intervir cada vez mais em zonas afectadas pela exploração de recursos naturais, e o desafio será de contribuir para desenvolver a capacidade de actuação das populações locais, através das suas organizações, para reivindicarem os seus direitos.

A cooperação com os media não atingiu os objectivos previstos, pois tanto a WLSA como a FORCOM não tiveram os fundos necessário para avançar com as formações previstas. Em 2017 será necessário prever acções mais realistas, tendo em conta a disponibilidade orçamental e procurar outras alianças, por exemplo com a RECAC, a rede que junta jornalistas que trabalham no judiciário. Com efeito, foi feita uma apresentação sobre a violência sexual contra mulheres e crianças numa formação dirigida a editores de jornais e preparada por esta organização.



**O ABORTO INSEGURO
É UM PROBLEMA
QUE AFECTA
TODA A SOCIEDADE
E QUE COMPROMETE A VIDA
DAS MULHERES E RAPARIGAS.**

**MAS AGORA,
O ABORTO JÁ É LEGAL
E PODE SER FEITO
DE MANEIRA SEGURA.**

**INFORME-SE JUNTO ÀS
UNIDADES SANITÁRIAS.**

O que diz a lei:

"Não é punível o aborto efectuado por médico ou outro profissional habilitado para o efeito, ou sob sua direcção, em estabelecimento de saúde oficial ou oficialmente reconhecido e com o consentimento da mulher grávida, quando, segundo o estado de conhecimentos e da experiência da medicina", haja perigo de morte ou lesão duradoura para a saúde física e mental da mulher, nas primeiras doze semanas de gravidez ou dezasseis semanas se se tratar de violação, quando o feto for inviável e em outras situações. (Artigo 168 – Aborto não punível, Código Penal, Lei nº 35/2014, de 31 de Dezembro)



Financiado por



PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA
Moçambique 2016

Resultado 3: Intervenção no processo legislativo, reforço do trabalho em rede e sensibilização sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos

Em 2016 o Parlamento não avançou com alguns dos dossiers nos quais a WLSA e parceiros estavam implicados: revisão do Código Penal, revisão da Lei da Família e discussão da proposta de lei das Sucessões e Herança. Nenhuma explicação foi dada, mas dado o ano conturbado do ponto de vista político e militar e económico, o Parlamento viu o seu raio de acção restrito.

Todavia, há um importante desenvolvimento a assinalar, que foi a aprovação da Lei Modelo para a Erradicação do Casamento Prematuro e Protecção da Criança já em Casamento, aprovada na 39ª sessão do Fórum Parlamentar da SADC (Agosto de 2016, Swazilândia). Cabe agora aos países da sub-região a elaboração de legislações nacionais, pelo que serão necessárias acções de advocacia para conquistar as/os deputadas/os para esta causa. Neste sentido, a CECAP organizou um workshop com parlamentares, no mês de Novembro, onde a WLSA moderou uma sessão de 7 horas para apresentar e debater a Lei Modelo da SADC.

Também como parte da nossa parceria com a CECAP, a WLSA tem distribuído o material relevante para as várias acções de formação dos membros da CECAP.

O estabelecimento de parcerias e o trabalho em rede foi uma das modalidades de trabalho que foi decidida para o Plano Estratégico 2011-2015 e que se mantém no novo Plano (2016-2020). Foi reafirmado não só a racionalização dos recursos humanos e materiais, como também o aumento da eficácia da acção.

Ao reforçar-se o trabalho em rede, ampliou-se o impacto do trabalho da WLSA. Como redes importantes destacam-se a Rede DSR, a CECAP, o Fórum Mulher e o GMD, para além de parcerias com a FORCOM, a Action Aid Moçambique e a LAMBDA.

Ao longo do ano de 2016 a Rede DSR consolidou a sua presença tanto em Maputo quanto nas quatro províncias de expansão (Cabo Delgado, Zambézia, Inhambane e Gaza). A sua intervenção baseou-se em: reforço das redes nacional e provincial; articulação com o MISAU para garantir as normas clínicas para a realização da interrupção voluntária da gravidez e o regulamento de acesso; capacitação dos seus membros.

Estas acções foram desempenhadas com sucesso, menos o regulamento de acesso aos serviços de aborto que o MISAU ainda não finalizou. As razões prendem-se com a natureza política do assunto, uma vez que se prevê uma grande resistência nas comunidades, uma vez que o estigma contra o aborto é ainda muito forte.

A participação da WLSA na CECAP mantém-se forte e, como foi atrás referido, incidiu na formação (programa atrás apresentado que capacita agentes que intervêm para a aplicação da Estratégia Nacional contra os casamentos prematuros – 3 províncias) e na participação no processo da preparação e posteriormente da divulgação da Lei Modelo da SADC contra os casamentos prematuros (atrás apresentado).

A WLSA foi também convidada para ser membro fundador de uma nova organização designada de Focus Fístula, que pretende ser uma rede para juntar a sociedade civil no esforço para prevenir e eliminar as fístulas obstétricas em Moçambique. O lançamento da organização teve lugar em Novembro.

No que respeita à formação, ao longo de 2016, a área da formação capacitou e mobilizou jovens para a mudança de percepções e práticas de vida, promoção dos seus direitos sobretudo DSR. Incutiu-se a ideia de que aceitar os direitos dos jovens, não implica criar um grupo social especificamente privilegiado mas um requisito essencial para elevar o seu estatuto na sociedade para um nível onde podem defender os seus interesses em igualdade de circunstâncias dos adultos. Ou seja, torná-los cidadãos respeitáveis, capazes de alterar as percepções, expectativas limitadas e discriminatórias de que são alvo em função do sexo.

Actividades

Apresentamos em seguida algumas das actividades realizadas.

A Rede DSR comemorou duas datas importantes: o dia 28 de Maio, Dia Internacional de Acção Pela Saúde das Mulheres (no Hospital da Polana

Caniço) e o dia 28 de Setembro, Dia Mundial de Acção pelo Aborto Legal e Seguro (no Hospital da Manhiça).

Organizaram-se duas reuniões nacionais que juntaram representantes das redes nas províncias, aproveitadas para igualmente realizar sessões de formação em direitos sexuais e reprodutivos.

Com o fundo do projecto que encerrou a meio do ano, foi produzido o seguinte material: Brochura para activistas sobre o aborto (brochura revista, 2.000 exemplares) e 3 cartazes para as redes provinciais (tiragem de 500 cópias cada).

Teve lugar uma jornada de reflexão junto da Associação dos Estudantes Finalistas Universitários de Moçambique (AEFUM) em Pemba de 7 a 10 de Junho de 2016, integrando 25 participantes dos quais 15 mulheres e 10 homens. Ela procurou dialogar sobre a importância dos direitos sexuais e reprodutivos nas suas vidas e identificar os direitos humanos particulares segundo as diferentes áreas de actuação dos membros desta organização. A mudança a partir de si próprio, a necessidade da transformação, de se ver como disseminador de mensagens de igualdade de género com vista a produzir impactos positivos nos espaços de pertença, foram a nota dominante; as orientações contidas no Manual e Sebenta sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos serviram de fio condutor das reflexões.

Realizou-se também uma jornada de reflexão em Maputo de 27 a 29 de Julho junto da Associação dos Estudantes Finalistas Universitários de Moçambique (AEFUM) e das organizações de LAMBDA, HOPEM, Parlamento Juvenil e Associação Comunitária Horizonte Azul (ACHA), sendo os/as participantes em número de 22: 12 mulheres e 10 homens.

Os conteúdos procuraram desmistificar as construções normativas tidas como “naturais” e “imutáveis”, que limitam as expectativas das/os jovens às mudanças de percepções e práticas da vida. O objectivo principal foi potenciar a sua actuação, ajudar a defender e traçar os seus destinos.

Nas apresentações feitas sublinhou-se que a perspectiva dos direitos humanos a partir das teorias feministas é a base que nos ajuda a analisar o princípio de igualdade, sendo relevante preterir o masculino como único modelo a adoptar ou atingir; situação que permite desvendar as lógicas de produção e reprodução das disparidades de género. Assim, a busca da equidade de sexo-género requer que as relações de poder assimétricas sejam desconstruídas através de ac-



ções afirmativas e que sejam adoptadas políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades de realização de direitos, designadamente os DSR.

Desafios e lições aprendidas

Em 2017 será necessário reactivar o processo de revisão legal, insistindo junto Parlamento sobre os dossiers que não avançaram. Do mesmo modo, dever-se-á influenciar para avançar com a elaboração de uma lei nacional contra os casa-

mentos prematuros, aproveitando-se as circunstâncias favoráveis como a manifesta adesão das e dos parlamentares a esta iniciativa.

Em relação ao trabalho em rede, os resultados mostram que se deve não só continuar com esta modalidade de intervenção, como se deve aprofundá-la. Um exemplo foi a parceria para organizar e impor aos poderes a realização de uma marcha pacífica que teve lugar em Maputo, no dia 18 de Junho. Com o lema “Pelo Direito à Esperança”, que se referiu no capítulo anterior.

Desenvolvimento institucional e gestão da WLSA



Com esta área pretende-se congregar e potencializar esforços e capacidades para garantir o desenvolvimento e sustentabilidade institucional, de modo a assegurar que a WLSA tenha os meios e as condições para cumprir, com sucesso, a meta e os objectivos do actual Plano Estratégico.

A manutenção do financiamento actual para a WLSA Moçambique implica o aumento de parceiros e acordos de cooperação com organizações e instituições com as mesmas áreas estratégicas da WLSA Moçambique. Uma das atribuições o fundraising através da participação em concursos nacionais e internacionais.

O ano de 2016 foi o primeiro ano do novo Plano Estratégico 2016-2020 com o objectivo estratégico de garantir a estabilidade financeira e organizacional da WLSA através de políticas internas de rigor, transparência, solidariedade e coesão.

Foi preocupação do sector consolidar o sistema de gestão administrativa e financeira consubstanciada em bons sistemas de controlo interno, bons sistemas de gestão e boas políticas internas a vários níveis. Podemos afirmar que há eficácia no funcionamento das estruturas e procedimentos de governação interna. O clima institucional é caracterizado pela motivação dos seus membros que se sentem parte dos processos internos de mudança e comprometidos pelo trabalho.

Realizou-se a Assembleia Geral dos membros em Fevereiro de 2016 onde se aprovaram os relatórios narrativo e financeiro, bem como o relatório de auditoria financeira e o Plano Operacional para 2016. Depois de várias observações críticas à proposta apresentada em 2015, foram aprovados os novos estatutos da WLSA.

Os membros dos órgãos sociais, embora comprometidos com a causa da organização, manifestam pouca disponibilidade para "viver" a vida da organização. Mensalmente o executivo da WLSA, através dos informes mensais que cada membro envia, a coordenação informa os órgãos sociais

das actividades desenvolvidas pelo staff através do correio electrónico.

Mensalmente são realizados encontros internos com todo o staff para trocas de informação do trabalho desenvolvido e discussão de questões que merecem uma decisão colectiva.

É de destacar que a coordenadora nacional recebeu o diploma de mérito do CAICC (Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária) pelo apoio constante que a WLSA tem prestado para o desenvolvimento daquele centro.

Na senda da filosofia adoptada pela WLSA de suporte às organizações embrionárias de defesa dos Direitos Humanos, a WLSA continua a apoiar os jovens do MOVIMENTO HUMANISTA, facilitando espaço de encontros, e a MOVIFEME, organização de mulheres jovens feministas, a quem ceceu um espaço de trabalho nas suas instalações e para quem assinou um memorando de entendimento com a Embaixada da França para apoio financeiro.

Em 2016 foram definidos os seguintes objectivos:

- Actualizar os procedimentos financeiros e organizativos
- Inovar as formas de angariação de fundos
- Melhorar a avaliação de desempenho dos seus membros

As actividades previstas eram as seguintes:

- Contratação de um consultor para revisão do Manual de procedimentos na área administrativa e financeira e inclusão de outros procedimentos nas actividades de pesquisa, documentação, comunicação e publicação
- Trabalho com a empresa PRIMAVERA que

montou o sistema informático para informatização do património, recursos humanos e acervo documental

- Criação de um Sistema de monitoria e avaliação na WLSA

Destacamos as seguintes actividades de acordo com o Plano:

- Preparação e envio de todo o processo para a aprovação dos novos estatutos pelo Ministério da Justiça e canalização á Conservatória de Registo das Entidades Legais;
- Informatizado o património e material produzido pela WLSA através da Empresa PRIMAVERA;
- Um membro do staff foi formado no Sistema de M&A e já iniciou a actividade de definição de indicadores para cada programa.

Por falta de fundos não foi possível a revisão do Manual de Procedimentos mas identificaram-se os possíveis consultores. Financeiramente a WLSA depende em 90% de financiamento externo e não tem sido fácil a angariação substancial de fundos.

Dada a necessidade de diversificar as fontes de rendimento a WLSA aumentou 43% do seu orçamento semestral na área programática, mais 20% do que planificado com projectos inovadores aprovados da União Europeia, UNICEF, Cooperação Austríaca e FHI360 - confirmado em finais de 2016, devendo iniciar em 2017. Por outro lado, as receitas próprias da WLSA atingiram 40000,00 US\$ em actividades de assessoria, de formação e fornecimento de publicações.

Balanço financeiro

O orçamento aprovado para o exercício em análise foi de 915.279 dólares americanos para cobertura das actividades do plano operacional 2016 da WLSA Moçambique.

ÁREA	ORÇAMENTO 2016
PESQUISA	98 727
FORMAÇÃO	102 263
COMUNICAÇÃO, LOBBY E ADVOCACIA	300 860
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	413 430
TOTAL	915 9

1. Receitas/Financiamento

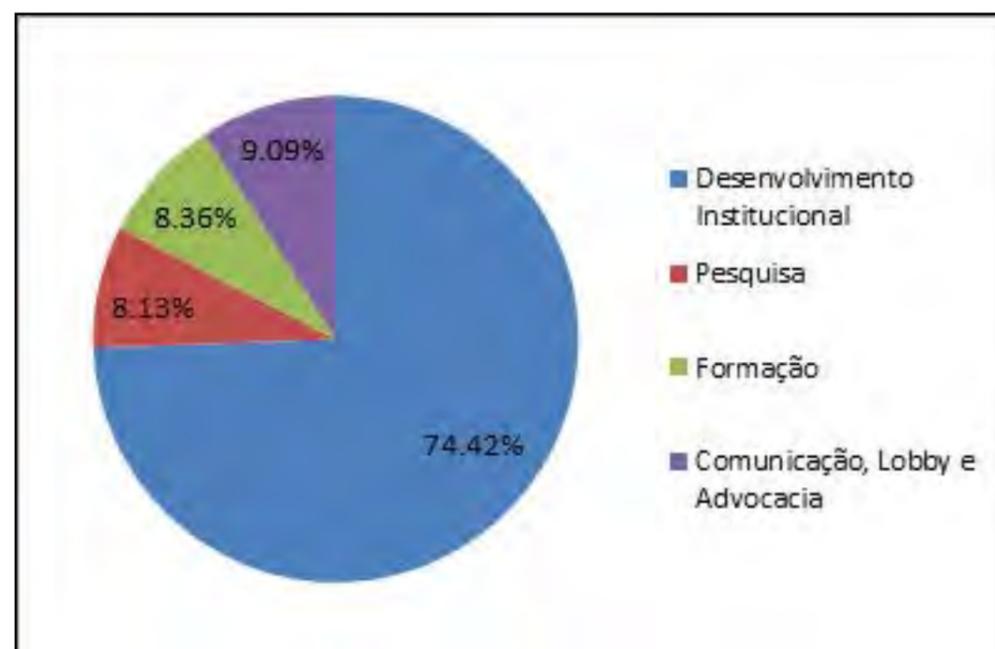
A WLSA recebeu ao longo do exercício de 2016, o total de US\$ 757 749 composto por: i) transitado de 2015 no montante de US\$ 79 396; ii) desembolsos dos doadores no total de US\$ 650 480; e iii) receitas próprias no total de 27.873 US\$, perfazendo 82,79% de realização de receitas para a cobertura do orçamento aprovado. O valor transitado de 2015 destinou-se a responder às necessidades do primeiro trimestre de 2016.

4.1. Saldo do Exercício Anterior	128 538
Ajustamentos de exercícios anteriores	49 142
Total Saldo Anterior	79 396
4.2. Financiamentos	
OXFAM Novib	524 529
CAFOD	-
União Europeia	104 838
IPPF-SAAF	1 753
Meninos de Moçambique	-
UNICEF	32 430
Embaixada da França (para a ONG MOVIFEME)	8 450
Ajustamentos do exercício	21 520
Sub-total Financiamentos	650 480
Fundos Próprios	27 873
Total Recebimentos do Período	678 353
TOTAL RECEBIMENTOS A 31-12-2016	757 9

2. Despesas/Gastos

Foram registadas no período em análise, despesas na ordem de 645 242 US\$ correspondente a 70,50% da execução global do orçamento. A área de maiores despesas durante o exercício relatado está relacionada com o de desenvolvimento organizacional (74,42%), que constitui o suporte de todas as outras áreas de intervenção da WLSA, e que inclui salários do pessoal da organização, renda de escritório, consumíveis, comunicações e despesas de funcionamento dos escritórios.

Código	Custos relacionados com actividades		
5.1	Desenvolvimento Institucional	480 219	74,42%
5.2	Pesquisa	52 449	8,13%
5.3	Formação	53 911	8,36%
5.4	Comunicação, Lobby e Advocacia	58 663	9,09%
	Total a 31-12-2016	645 242	



Desafios e lições aprendidas e avaliação de riscos

Sobre a pesquisa sobre a aplicação da Lei da Violência Doméstica, constatou-se a necessidade da WLSA contribuir para a articulação inter institucional, por exemplo, através de uma proposta de classificação e tipificação da violência doméstica, a ser contemplada nos livros de registos dos tribunais e no livro de Porta da Procuradoria. As boas relações com as instituições do Estado e com as OSC são elementos chave para que se cumpram os objectivos da pesquisa. Considerando o conhecimento adquirido, recomenda-se que a WLSA participe na revisão da Lei contra a Violência Doméstica.

No que respeita à pesquisa sobre “A indústria extractiva e a exploração dos recursos naturais no acesso e exercício dos humanos na Província de Tete”, considerando que o projecto ainda está a ser desenvolvido, a principal lição a retirar foi o envolvimento dos sectores do Estado desde o início, clarificando-se os objectivos e as actividades a realizar.

Consolidou-se a pertinência do trabalho em parceria com outras organizações /coligações para atingir determinado objectivo.

Tal como referido logo no início deste relatório, a situação do país não só não tem melhorado, como em alguns casos há uma agravação. Isto reflecte-se nos riscos identificados no processo de trabalho com a OXFAM NOVIB, que passamos a discutir.

O primeiro risco focalizava o clima de desconfiança em relação às OSC, por parte do governo e que poderia ter como resultado a interferência no trabalho, dificuldades no acesso à informação e dificuldade em fazer ouvir as nossas mensagens. No que concerne ao trabalho iniciado com o projecto em Moatize, nas zonas de exploração mineira, o lançamento público dos trabalhos que contou com a presença do representante da União Europeia e das autoridades provinciais, serviu para facilitar o contacto e a interacção no local. Em relação aos outros programas, continua-se a privilegiar o contacto pessoal com os

representantes tanto do legislativo como do governo, de modo a poder contornar os obstáculos que vão surgindo.

O segundo risco era o aumento de acções armadas do governo e da Renamo; dificuldades na circulação de bens e pessoas; aumento da desconfiança em relação a estranhos à comunidade. Infelizmente, a situação de guerra aprofundou-se, embora as estratégias de mitigação estejam já em prática: as acções estão a ser programadas para zonas seguras, como as capitais provinciais ou distritais. Entretanto, com o cessar-fogo decretado no final do ano passado, que esperamos que se mantenha, a situação tende a normalizar-se.

O terceiro risco são as mudanças no foco de financiamento dos parceiros de cooperação, que deixam de lado algumas das áreas de intervenção da WLSA e também o facto da atribuição de fundos por concursos terem exigências específicas e muito qualificadas. Para minimizar o impacto deste risco, a WLSA tem concorrido a vários projectos em parceria com outras OSC, aprendendo e aproveitando a expertise dos parceiros, de modo a elaborar propostas mais adequadas. Aguarda-se os resultados dos concursos.

Assim, pesem os constrangimentos havidos na realização do nosso trabalho, dos quais destacamos as dificuldades em obter informação para a realização da pesquisa, a nossa organização tem sido capaz de superar os problemas, havendo a salientar o aumento de solicitações para intervenção pública sobre os direitos humanos. Destaque-se também a contínua influência da pesquisa sobre os ritos de iniciação no alargamento do debate sobre práticas culturais, direitos das raparigas e casamentos prematuros, num contexto em que se continua a apelar a uma tradição que persiste em manter a iniquidade e a desigualdade de direitos.

A utilização sistemática da teoria de mudança tem-nos ajudado a ler e analisar o contexto, a avaliar se as condições estabelecidas inicialmente para a nossa intervenção se mantêm, se te-

mos necessidade de redefinir novas estratégias e marcos de actuação que nos ajudam a melhorar o nosso desempenho. Deste modo, podemos afirmar que os contextos de acção neste primeiro semestre apresentam alguns sinais de agravamento em relação à situação das liberdades de actuação como organizações da sociedade civil (nomeadamente, liberdade de expressão e liberdade de manifestação). De destacar três aspectos. O primeiro é o alargamento do conflito armado, não só a mais províncias como a mais áreas em cada uma das províncias atingidas. O segundo aspecto tem a ver com alguma destabilização social e económica, caracterizada pela violenta desvalorização do metical e pelas dívidas soberanas contraídas pelo Estado. Finalmente, o terceiro aspecto é a existência dos chamados “esquadrões da morte” que cirurgicamente tem vitimado cidadãos, maioritariamente pertencentes a partidos políticos da oposição, e procurando também silenciar intelectuais, como foi o recente caso de José Jaime Macuane.

Esta acção em concreto destina-se a lutar por mais espaços de liberdade, para que possamos como sociedade civil prosseguir o nosso trabalho.

Internamente a planificação das actividades foi afectada pela transferência tardia de fundos. Todavia, investimentos foram feitos e concorreu-se a 3 concursos, todos em parceria com outras organizações, que se destinam a colmatar as insuficiências de fundos no orçamento da WLSA: 1) Em conjunto com a FHI 360 (sendo estes o principal aplicante), para actuação na área dos DSR (excluindo aborto), concurso USAID; 2) Em conjunto com a ISCOS (sendo a WLSA o principal aplicante), programa de advocacia em África para os direitos das mulheres, concurso da União Europeia; 3) Em conjunto com Muleide, Pathfinder e Fórum Mulher (sendo a WLSA o principal aplicante), programa de combate à violência sexual em 3 bairros na cidade de Maputo, concurso da OSISA, mas o mesmo projecto foi entregue ao MASC, aguardando-se resultados; iv) Em conjunto com a Muleide, STV e uma associação concorreu ao Projecto PAANE (Projecto de Apoio a Actores Não Estatais) da União Europeia.

Anexos

ANEXO 1

Quadro e tabelas das formações realizadas em 2016

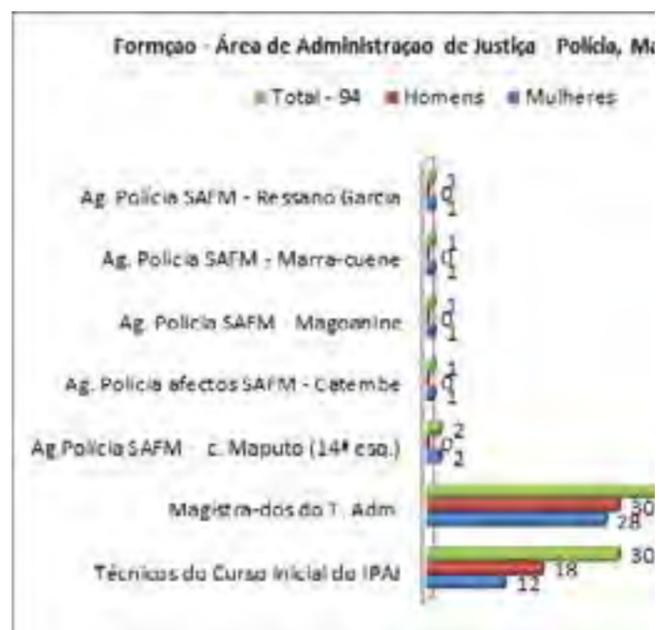
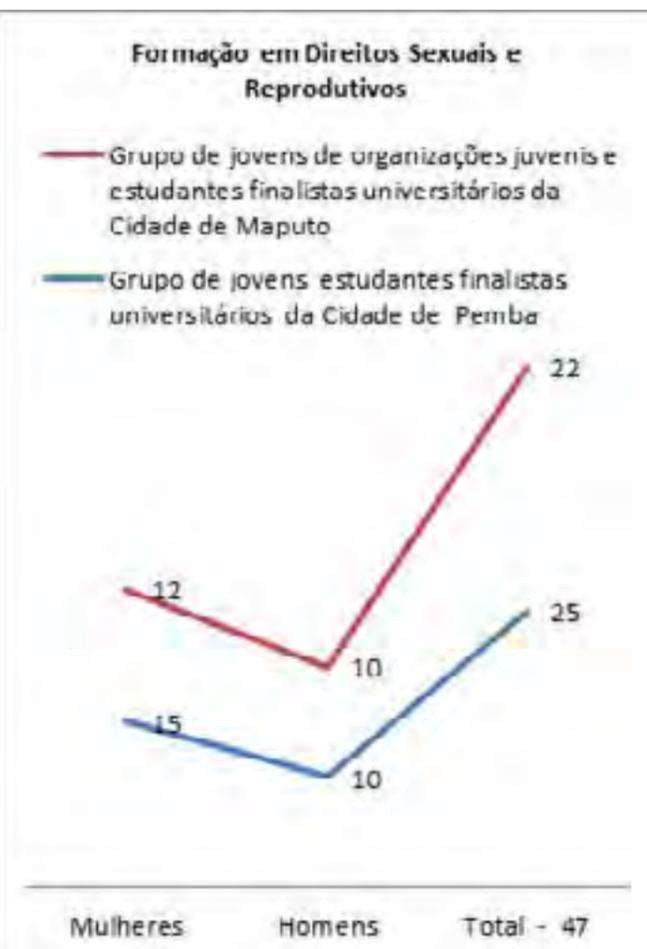
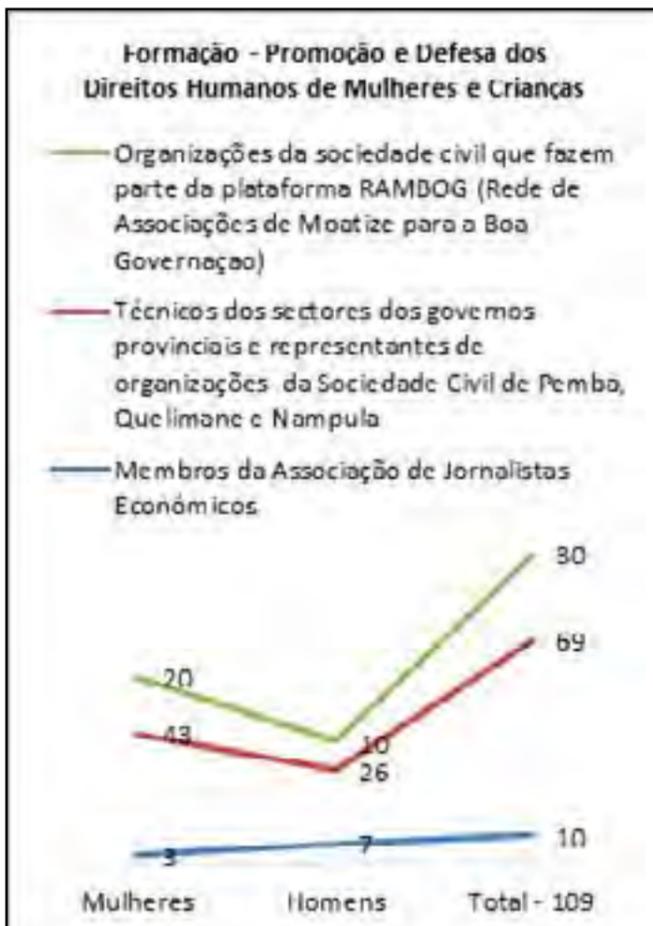
Area	Designação do curso	Destinatários	Formandos			Horas de formação	Local/colaboração
			Mulheres	Homens	Total		
Justiça	Género no Judiciário	Técnicos do Curso Inicial do IPAJ	12	18	30	6	CFJJ
	Género no Judiciário	Magistrados do Tribunal Administrativo	28	30	58	8	CFJJ
Polícia	Direitos Humanos e combate à violência de género - monitoria e formação em serviço	Agentes da Polícia afectos SAFM da cidade de Maputo (14ª esquadra - Mahotas)	2	0	2	3	Bairro 3 de Fevereiro - Distrito Kamavota
	Direitos humanos e combate à violência de género - monitoria e formação em serviço	Agentes da Polícia afectos a SAFM da Catembe	1	0	1	4	Distrito da Catembe
	Direitos Humanos e combate à violência de género - monitoria e formação em serviço	Agentes da Polícia afectos a SAFM de Magoanine	1	0	1	3	Magoanine - Distrito Kamavota
	Direitos Humanos e combate à violência de género - monitoria e formação em serviço	Agentes da Polícia afectos a SAFM de Marracuene - Bairro Guava	1	0	1	2	Marracuene - Bairro Guava
	Direitos Humanos e combate à violência de género - monitoria e formação em serviço	Agentes da Polícia afectos a SAFM - Ressano Garcia	1	0	1	3	Ressano Garcia
Violência contra as mulheres e crianças	Abordagem de género na comunicação social	Editores de órgãos de comunicação social	3	14	17	3	Macaneta
	Os manuais escolares e a violência contra as mulheres	Editores e Ilustradores de material escolar da Progresso	6	28	34	4	Maputo
		Representantes provinciais do Ministério da Educação em	15	30	45	4	Maputo

		projectos da Progresso						
		Representantes provinciais do Ministério da Educação em projectos da Progresso	16	20	36	4	Maputo	
	Apresentação da Lei Modelo para a erradicação dos casamentos prematuros	Membros do Parlamento de todas as bancadas e membros do CECAP	23	11	34	7	Matola	
Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR)	Direitos Humanos e DSR Direitos Sexuais e Reprodutivos	Grupo de jovens estudantes finalistas universitários da Cidade de Pemba	15	10	25	32	Cidade de Pemba	
		Grupo de jovens de organizações juvenis e estudantes finalistas universitários da Cidade de Maputo	12	10	22	24	Cidade de Maputo	
Associativismo e Boa governação	Associativismo e Boa Governação	Membros da Associação de Jornalistas Económicos	3	7	10	24	Pequenos Libombos - Namaacha	
Defesa dos Direitos Humanos de Mulheres e Crianças	Direitos humanos, normas culturais e combate aos Casamentos Prematuros	Técnicos dos sectores dos governos provinciais e representantes de organizações da Sociedade Civil de Pemba, Quelimane e Nampula	43	26	69	72	Pemba, Quelimane e Nampula	
Educação em Direitos e Desenvolvimento da Ind. Extractiva	Empoderando raparigas e mulheres em zonas de exploração mineira	Organizações da sociedade civil que fazem parte da plataforma RAMBOG	20	10	30	24	Moatize - Tete	

ANEXO 2

Relatório anual 2016

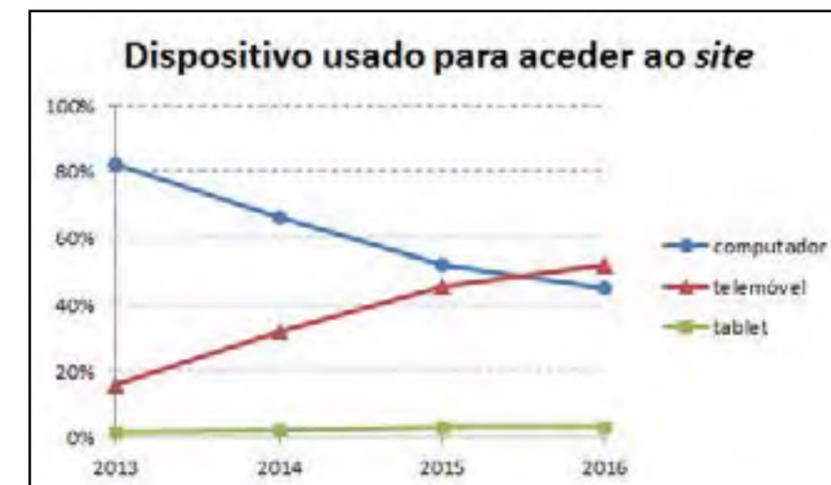
website www.wlsa.org.mz



Neste ano, o número de pessoas que acedeu ao website da WLSA através de um telemóvel ultrapassou o número de visitantes usando um computador convencional. Depois de dois anos de estagnação, em 2016 o número de visitantes voltou a crescer consideravelmente. Novos conteúdos foram acrescentados.

O telemóvel ultrapassa o computador

O avanço do telemóvel como meio de acesso à Internet, através dos chamados smart phones (telefones inteligentes) tem sido muito acelerado nos últimos anos e é ainda mais pronunciado no continente africano, onde poucos têm acesso a um computador. Este ano, pela primeira vez, o número de visitas ao site da WLSA através de um telemóvel foi maior que o número de acessos a partir de um computador. O gráfico em baixo mostra as percentagens de visitas através de um computador, um telemóvel ou um tablet (Fonte: Google Analytics).



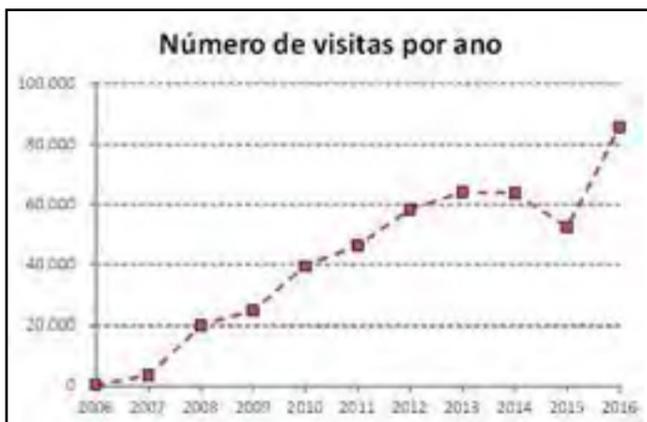
Este dado é de grande importância, visto que a apresentação gráfica do site - criado quando ainda havia poucos telefones com acesso à Internet - é otimizada para ser reproduzida num ecrã de computador, com dimensões superiores dos de telemóveis ou tablets. A WLSA não pode ignorar o desenvolvimento tecnológico e para não dificultar o acesso ao site por pessoas que naveguem a Internet com o seu telemóvel, é ur-

gente adaptar o site para que possa ser visualizado em ecrãs de todos os tipos de dimensões.

Outro desenvolvimento é o uso crescente do Facebook. Várias organizações mantêm, além da sua página na Internet, também uma página no Facebook. Outras (como por exemplo o Fórum Mulher) deixaram de dar importância ao seu site e actualizam apenas a sua página de Facebook. A WLSA tem, além do site, uma página no Facebook e o número de interações com esta página tem crescido exponencialmente nos últimos anos. No entanto, a manutenção deste importante meio de comunicação ainda não é feita em coordenação com a do site, o que permitiria fazer melhor uso das características mais fortes de cada um.

Número de visitantes volta a crescer

O número de visitas ao site sofreu um decréscimo substancial quando, em finais de Novembro de 2014, foi adoptado um novo sistema de gestão de conteúdo, o WordPress. Como consequência desta mudança os endereços (URLs) das páginas mudaram, tornando inválidos todos os links noutros websites, apontando para páginas do site da WLSA. Da mesma forma, os motores de busca ficaram com seus links desactualizados e o processo de actualização desta informação levou algum tempo. Ao longo do ano de 2015 o “tráfego” para o site foi-se recuperando e, como se vê no gráfico em baixo, em 2016 o número de visitas atingiu níveis superiores aos dos de todos os anos anteriores.



Em 2016, o site foi visitado 85.987 vezes, ou seja, em média 235 vezes por dia. O gráfico em baixo mostra o número de visitas por semana, durante os últimos quatro anos (Fonte: Google Analytics).



Novos conteúdos

Ao longo do ano de 2016, vários novos conteúdos foram acrescentados ao site. A actualização da Revista de Imprensa, iniciada em 2015, continuou e o número de recortes já ultrapassou os 1000, cobrindo muito do que foi escrito na imprensa sobre mulheres em Moçambique entre 2013 e 2016.

Foram acrescentadas 38 novas “Breves” (notícias curtas em formato de blogue) em 2016, elevando o total a 237. As breves são lidas por muitos visitantes e frequentemente incitam o leitor a fazer algum comentário. Em 2016 foram acrescentados 64 novos comentários, elevando o total para 339.

O número total de artigos em português manteve-se em 101, havendo também 55 artigos em inglês. É urgente que se acrescentem mais artigos em inglês: o mais recente é de 2012.

O número de livros (em formato PDF) à disposição do leitor também não mudou: há um total de 11 livros em português e 3 em inglês. O site recebeu ainda alguns novos cartazes, cartões e postais.

Ao todo, além dos artigos, breves e recortes, o site é composto por cerca de 165 páginas.

Embora a maioria dos visitantes do site sejam falantes de português, uma porção considerável não domina esta língua e para estes existe uma página com informações sobre o site e sobre a WLSA em inglês. Infelizmente, a secção em inglês tem sido negligenciado ultimamente. Para o site manter o seu interesse para falantes de inglês, é urgente encontrar formas para actualizar-se a secção em inglês com maior frequência e regularidade.

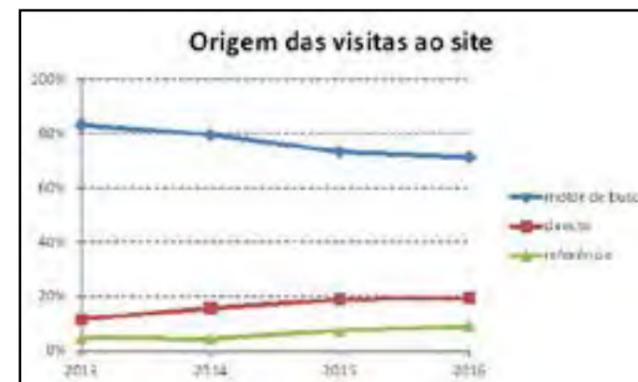
Fontes das visitas

As “fontes” das visitas - onde estavam os visitantes antes de entrar na página da WLSA - podem ser divididas mais ou menos adequadamente em três categorias: usando um dos motores de bus-

ca existentes, directamente (digitando o endereço, usando um marcador de páginas ou clicando nalgum link localizado no próprio computador, por exemplo num documento em formato PDF ou Word) e através de uma referência (link) nalguma outra página da Internet.

Os dados recolhidos pelo Google Analytics entre 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2016 indicam que neste período 77% dos visitantes chegaram ao site a partir de um dos motores de busca, 17% entrou directamente e apenas 7% através de um link nalguma outra página da Internet.

Estes números mostram que a grande maioria das visitas é o resultado de pesquisas feitas na Internet por temas específicos. Os motores de busca referem o pesquisador a uma das páginas no site da WLSA, onde este pode ou não encontrar o que procurava. É importante notar que há uma diferença qualitativa entre as visitas que originam num motor de busca e as restantes. Os visitantes que chegam ao site directamente ou através de links específicos mais provavelmente encontram no site aquilo que procuram e possivelmente constituam um público mais estável e mais “fiel” do que os outros.



O gráfico acima mostra como estes números evoluíram ao longo dos quatro anos e indica uma ligeira diminuição da percentagem das visitas que provêm de motores de busca, ou, por outras palavras, um aumento ligeiro de visitantes “de qualidade”. A diferença entre as três categorias é reflectida, por exemplo, na duração média das visitas, que nestes quatro anos foi de 1:40 para visitas resultantes de um motor de busca, 2:05 para entradas directas e 2:30 para visitantes através de um link.

Entre os motores de busca, o Google têm praticamente o monopólio: 95% das visitas a partir de um motor de busca usou o Google. O segundo motor mais usado é o Bing, com 2% das visitas.

Em 2016, 75% das visitas foram feitas por alguém que visitava o site pela primeira vez, enquanto 25% já tinha feito uma ou mais visitas antes. Em média um visitante consulta 3,05 páginas durante a sua visita, com uma duração média de 1 minuto e 47 segundos.

Localização dos visitantes

Das 266.712 visitas nos últimos quatro anos registadas pelo Google Analytics, de 5,6% não foi possível identificar o país de origem. Dos restantes 94,4% a distribuição pelos países foi como mostra o diagrama a seguir.



O maior número de visitantes localiza-se dentro de Moçambique e quase três quartos de todas as visitas provêm de um país de língua portuguesa. 58% das visitas têm origem no continente africano.

Maputo, 20 de Janeiro de 2017
webmaster@wlsa.org.mz

ANEXO 3

Actividades do Facebook em 2016

O Facebook tem sido uma ferramenta institucional importante na divulgação dos Direitos Humanos das mulheres. É através dele que temos partilhado com um público vasto nossas opiniões, nossos textos, notícias (nacionais e internacionais) sobre um leque de assuntos ligados à igualdade e violência baseada no género, informações e actividades relevantes, tanto da nossa como de outras organizações parceiras.

Antes de avançar com aquilo que foi o nosso desempenho a partir das estatísticas, é importante referenciar que o ano de 2016 foi um ano atípico, tanto para o país, assim como para o mundo em geral. A nível doméstico, até hoje, enfrentamos a questão da guerra, as consequências das dívidas ocultas, o cerceamento das liberdades fundamentais, os raptos, baleamentos, assassinatos políticos, o aumento da corrupção, etc. A nível internacional temos a grave crise financeira, a queda do preço do petróleo, a guerra na Síria, que trouxe de volta as rivalidades do passado entre as principais potências mundiais (EUA e Rússia), as convulsões sociais na América Latina (Brasil e Venezuela); e a retracção da economia chinesa, etc.

Todos estes acontecimentos fizeram com que as nossas actividades de 2016 nesta plataforma tomassem em conta todas essas mudanças políticas, económicas e sociais, é claro, sem perder de vista o seu principal foco - a promoção da igualdade de género através de um debate saudável.

Foi graças a este engajamento que no ano passado foi possível chegar a um total de 1248 gostos ("likes") na nossa página. Destes dados, dos que gostaram da nossa página, 39 % são mulheres e 60 % homens. Dos que foram alcançados/as pelas nossas publicações 42% são mulheres e 57% homens. Dos que comentaram e partilharam as nossas publicações 42% são mulheres e 58% homens.

No diz respeito ao alcance das nossas publicações, conforme o gráfico abaixo, cabe mencionar que tivemos um total de 171 publicações divulgadas na nossa página de facebook. Como pode se observar, essas informações foram agrupadas em três níveis: i) Informações extraídas da Net (fazem parte deste grupo notícias nacionais e internacionais, sobre direitos humanos das mulheres, assuntos ligados a vida política, económica, entre outros); ii) Publicações da WLSA (artigos, textos de opinião, convites para lançamento de livros, etc.); e iii) Actividades de Organizações parceiras. Quando divido este total de publicações (171) pelo número de meses do ano dá-nos a média de 14,3 publicações por mês, 3.5 publicações por semana, valor que é compatível com o número de publicações definidas por semana.

Este número publicações semanais é razoável, uma vez que dá aos/as acompanhantes da página o tempo suficiente para lerem e reagirem aos nossos "posts", sem que no entanto sejam sobrecarregados pelo lote informações.

Em termos de alcance, destacam-se as publicações da WLSA Moçambique, com o total de 37177 num universo de setenta postagens, com três nú-

meros abaixo das publicações extraídas da Net (73) e com um total de alcance de 36137 das mesmas.

As actividades das organizações parceiras é que registraram o número mais baixo com um total de alcance 10448. Este desempenho está relacionado com o número de informações postadas que é de 28 no total. Mas é de destacar que as publicações dos parceiros tem tido um bom desempenho na nossa página de Facebook. Como pode-se ver na tabela em anexo, há publicações que tiveram um alcance de 1267.

No que se refere as médias, em temos absolutos, a WLSA apresentou o melhor desempenho com 531 pontos, enquanto que as publicações dos parceiros tiveram a média relativamente mais baixa (com 373) estando abaixo das publicações extraídas da Net com 395.

As partilhas das informações no Facebook foi outro dado que mereceu destaque. O número total de partilhas foi de 227, o que dá uma média mensal de 8 partilhas por mês, ou seja, duas por semana. Isto significa que em cada 3 publicações semanais, uma é partilhada pelos nossos seguidores.



ANEXO 4

Participação em eventos

Do conjunto de participações da WLSA, destacam-se as seguintes intervenções, organizadas por temas. Estão contemplados eventos diversos, tais como, encontro de reflexão, seminários, conferência e outros formatos. A duração de cada um dos eventos foi também variável.



ANEXO 5

Lista do material produzido

Títulos	Quantidade
Boletim	
Outras Vozes n° 47-48	2000
Outras Vozes n° 49-50	2000
Brochura	
Estratégia Nacional de prevenção e combate de Casamentos Prematuros	2000
Guia para activista sobre o aborto seguro: Pelos direitos e saúde das mulheres e raparigas. 2ª ed.	2000
Livro	
Entre a denúncia e o silêncio: Análise da aplicação da Lei contra a violência doméstica (2009-2015)	500
Cartaz	
O aborto inseguro e um risco para a saúde das mulheres. Mas o aborto seguro nas unidades sanitárias garante a saúde de todas as mulheres.	500
O aborto inseguro é um problema que afecta toda a sociedade e que compromete a vida das mulheres e raparigas. Mas agora, o aborto já é legal e pode ser feito de maneira segura.	500
O aborto seguro salva vidas	500
Agenda Mulher 2017	2000

A WLSA Moçambique agradece todo o apoio e encorajamento dos seus parceiros de cooperação, nomeadamente:

Embaixada da Suécia

Embaixada do Reino dos Países Baixos

MASC

ONU Mulheres

Programa AGIR

Representação da Áustria

União Europeia

UNICEF



WLSA Moçambique